



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 11516.001271/2002-69

Recurso nº : 123.885

Recorrente : FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA - UNISUL

Recorrida : DRJ em Florianópolis - SC

### RESOLUÇÃO Nº 203-00.518

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA - UNISUL.**

RESOLVEM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligência, nos termos do voto do Relator.**

Sala das Sessões, em 15 de junho de 2004

Leonardo de Andrade Couto

**Presidente**

Cesar Piantavigna

**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Maria Cristina Roza da Costa, Maria Teresa Martínez López, Luciana Pato Peçanha Martins, Emanuel Carlos Dantas de Assis, Valdemar Ludvig e Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva.

Eaal/mdc



**Processo nº : 11516.001271/2002-69**

**Recurso nº : 123.885**

**Recorrente : FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA - UNISUL**

## RELATÓRIO

O Auto de infração (fls. 109/110), lavrado em 15/07/2002, imputou débito de Cofins à Recorrente, relativo ao período de 05/97 a 01/99 (fl. 110), que com acréscimos legais assumiu a cifra de R\$3.124.119,36.

O débito decorreria do inadimplemento da exação mencionada no período aludido (fl. 110) – circunstância confirmada no “*termo de verificação fiscal*” anexo às fls. 113/117), embora se tenha também indicado, no auto de infração, que se tratava de divergências entre valores registrados na escrita da entidade e importâncias tomadas como base para o recolhimento da contribuição aqui considerada.

Impugnação ofertada às fls. 120/146, na qual a Recorrente aduziu que:

- a) as exigências dispostas no artigo 55 da Lei nº 8.212/91, são inconstitucionais, porquanto deveriam ter sido veiculadas por lei complementar;
  - b) a entidade é imune tão-só pelo teor do artigo 195, § 7º, da Constituição Brasileira;
  - c) a Recorrente atende aos requisitos elencados no artigo 55 da Lei nº 8.212/91;
  - d) a apuração pertinente à ação fiscal que repercutiu na lavratura do auto de infração não considerou descontos dados pela instituição aos seus educandos, tendo baseado-se exclusivamente em importâncias registradas em seus balancetes (fl. 141), razão pela qual evidenciaria equívoco diante da previsão do artigo 2º, parágrafo único, “b”, da Lei Complementar nº 70/91; e
  - e) atacou o cômputo da TR ou TRD, bem como a SELIC e a multa confiscatória, ao crédito tributário.

A Decisão (fls. 350/361) da Instância *a quo* confirmou a cobrança fiscal.

O Recurso Voluntário (fls. 371/392) ventila cerceamento do direito de defesa, sob fundamento de que fora negada a retirada dos autos da repartição fiscal por parte do representante da empresa, retomando as teses, no mais, da imunidade e isenção que resguardariam os negócios da entidade da incidência da Cofins.

4



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
Fl.

**Processo nº : 11516.001271/2002-69**  
**Recurso nº : 123.885**

Em 08/12/2003 a Recorrente solicitou a juntada de Parecer exarado pelo Professor Ives Gandra da Silva Martins, no qual se opina pela ilegitimidade do endereçamento de cobrança de Cofins para a Recorrente.

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Ives Gandra da Silva Martins".



Processo nº : 11516.001271/2002-69  
Recurso nº : 123.885

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR  
CESAR PIANTAVIGNA

O artigo 55 da Lei nº 8.212/91 figura como parâmetro da fruição da isenção disposta no artigo 195, § 7º, da Constituição brasileira. Tal dispositivo preceitua:

*"Artigo 55. Fica isenta das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 desta Lei a entidade benficiente de assistência social que atenda aos seguintes requisitos cumulativamente:*

*I – seja reconhecida como de utilidade pública federal e estadual ou do Distrito Federal ou municipal;*

*II – seja portadora do Registro e do Certificado de Entidade Benficiente de Assistência Social, fornecidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social, renovado a cada três anos;*

*III – promova, gratuitamente e em caráter exclusivo, a assistência social benficiente a pessoas carentes, em especial a crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiência;*

*IV – não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeiteiros, remuneração e não usufruam vantagens ou benefícios a qualquer título;*

*V – aplique integralmente o eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais apresentando, anualmente ao órgão do INSS competente, relatório circunstanciado de suas atividades;".*

Assim, na esteira dos reiterados pronunciamentos desta Câmara, sou pela realização de diligência na qual se reste apurado, de forma detalhada e objetiva, se a Recorrente atende, cumulativamente, às exigências dispostas nos incisos I a V do artigo 55 da Lei nº 8.212/91.

É a diligência proposta.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 2004

CESAR PIANTAVIGNA